

Assentamento do GDF é alternativa

JANIL BITTAR

A desapropriação do bairro de Nossa Senhora de Fátima, em Planaltina, atende às necessidades de preservação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio São Bartolomeu. A informação foi dada pelo diretor de operações da Caesb, Antônio de Pádua, à população local. Antônio de Pádua afirmou que a ocupação daquela área não está relacionada unicamente ao projeto de construção da nova lagoa de oxidação de Planaltina.

O projeto da nova lagoa de oxidação ainda não estabeleceu o local da construção, mas a área atualmente ocupada pelo bairro Nossa Senhora de Fátima não está descartada, pois, uma vez desapropriada, o Governo do Distrito Federal poderá, liberá-la para a implantação de um dos componentes do sistema de tratamento de esgotos de Planaltina.

A instalação de uma nova lagoa de oxidação se tornou necessária em função da desativação da antiga, localizada no setor sul de Planaltina. Com a expansão da cidade, a lagoa passou a fazer parte da zona urbana e começou a incomodar os habitantes com seu odor característico, já que recebia todos os dejetos da população.

A nova lagoa deverá ser construída em local afastado das áreas residenciais de Planaltina. A utilização deste sistema de tratamento de esgoto não é considerada obsoleta pelos técnicos da Caesb, que constataram ser ele inadequado apenas quando o efluente tratado em uma área de oxidação é lançado em um lago. Por isso mesmo, estão sendo desativadas duas lagoas de oxidação no Guarã e uma no setor de Indústria e Abastecimento, que despejam seus dejetos no lago Paranoá. De acordo com o projeto de Planaltina, o efluente tratado deverá ser despejado, provavelmente, na bacia do Rio Maranhão.

O principal motivo da desativação dessas lagoas de oxidação que desaguam no Lago Paranoá é a grande quantidade de nitrogênio e fósforo que o seu efluente carrega. O tratamento anterior não elimina o nitrogênio nem o fósforo dos dejetos, e, ao serem lançados no Lago Paranoá,



A Caesb quer eliminar depósito de esgoto no Mestre D'Armas

essas substâncias se transformam em nutrientes para as algas, que ali se proliferam. Já nos rios, este processo não se repete em função do escoamento natural dos dejetos através da correnteza, que não permite a concentração de nitrogênio e fósforo.

Quanto ao drama enfrentado pelas famílias residentes no bairro de Nossa Senhora de Fátima, o diretor de operações da Caesb, Antônio de Pádua, informou que foi feito levantamento sócio-econômico da área. Foram identificadas cerca de 500 famílias, entre proprietários dos lotes e "posseiros urbanos", como preferem chamar os invasores de alguns terrenos. Antônio de Pádua afirma que todos os proprietários têm direito a indenização, e que, mais de 50 por cento deles já receberam da empresa a quantia determinada para cada lote do bairro desapropriado. Os "posseiros urbanos" deverão ser beneficiados pelo programa de assentamento das famílias de baixa renda do GDF, que dispõe de aproximadamente três mil lotes em Planaltina.

Questionado sobre os prejuízos da instalação de uma lagoa de oxidação

numa área de proteção ambiental, Antônio de Pádua explicou que não há impedimento legal desde que sua implantação não implique em danos para a bacia do São Bartolomeu. Como a idéia é tratar os dejetos da nova lagoa, e lançá-los na bacia do Rio Maranhão, não há porque não implantá-la no local, que ainda apresenta a vantagem de estar afastado da área urbana.

Antônio de Pádua lembra ainda que, na legislação das áreas de proteção ambiental do Distrito Federal, está incluída uma norma para evitar, sempre que possível, a ocupação de uma APA com loteamentos residenciais.

MORADORES

Respalhada pelos moradores, a administração de Planaltina defende a preservação da Vila e a construção do sistema de tratamento em uma área mais afastada. Só que ninguém acredita que a Caesb abra mão da área. E local de preservação ambiental e muitos moradores sentiriam-se no direito de retornar quando lhes desse na "telha".